



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

DINÂMICAS TERRITORIAIS NO RURAL METROPOLITANO: UMA ANÁLISE SOBRE A ÁREA DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL ITUPARARANGA (SP)

Leonardo da Silva Barbosa (Universidade Federal do ABC) - leosbarbosas@gmail.com

Bacharel em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Bacharelado em Planejamento Territorial pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos (Universidade Federal do ABC) -

luciana.travassos@ufabc.edu.br

Arquiteta e Urbanista. Doutora em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (PROCAM-USP). Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC) vinculada ao Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas e ao Programa de Mestrado

Dinâmicas territoriais no rural metropolitano

Uma análise sobre a Área de Proteção Ambiental Itupararanga (SP)

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm reforçado, cada vez mais, que apesar das dinâmicas globais do capitalismo contemporâneo possuírem processos homogeneizadores, eles são também forças que aterrissam de forma heterogênea nos territórios, em escala local e regional (HAESBAERT, 2010).

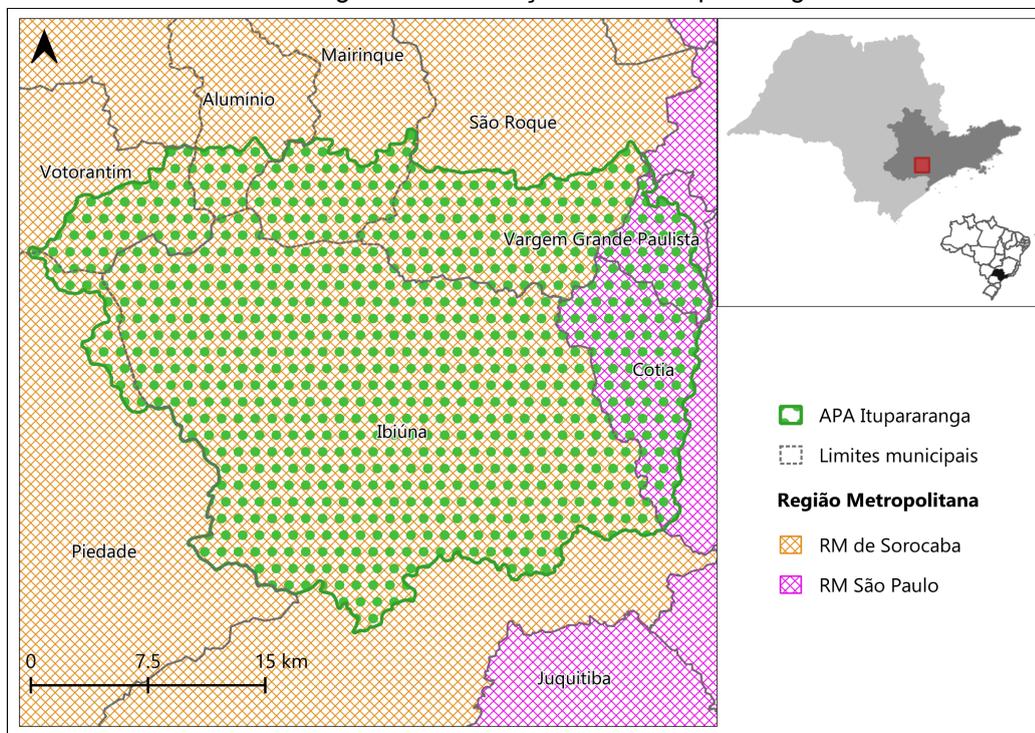
Desde a década de 1970, autores como Lefebvre consideravam a hipótese de um processo de urbanização completa, que permaneceu ao longo do tempo, sobretudo nas esferas de planejamento e pensamento urbano (BRENNER, 2018; KLINK, 2013; BRANDÃO et al., 2018 apud TRAVASSOS et al., 2020). Apesar dessa perspectiva refletir evidências de um crescimento significativo da população urbana, principalmente na América Latina, ela tende a não observar as formas territoriais heterogêneas e fragmentadas que esses processos conformam. Tratando especificamente das cidades-regiões ou grandes metrópoles, é possível observar que conformam uma rede de centros urbano-industriais ultra conectados e que estabelecem entre si e globalmente, redes e fluxos financeiros dinâmicos, mas também compreendem desigualdades, fragmentação territorial e territórios de naturezas diversas da urbano-industrial (TRAVASSOS et. al, 2020).

O presente artigo se orienta pela necessidade de desenvolver e aprofundar abordagens interdisciplinares sobre as áreas rurais metropolitanas e de dialogar mais com as interdependências territoriais para além das dicotomias (PORTES, 2019), por meio da análise da Área de Proteção Ambiental (APA) Itupararanga, abrangendo porções de municípios pertencentes a duas importantes regiões metropolitanas do estado de São Paulo: a Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana de Sorocaba. O objetivo geral é caracterizar e construir empiricamente e em escala aproximada a compreensão do rural metropolitano, a partir de um esforço teórico e metodológico que vem sendo construído por alguns autores (FERNANDES, 2020; PORTES, 2019). O presente artigo está dividido em três partes. Na primeira seção, a intenção é, com base na literatura acumulada sobre o tema, introduzir e situar o debate sobre como as dinâmicas contemporâneas globais e nacionais impactam nas áreas rurais e na forma que as compreendemos. Isto nos leva à especificidade dessas novas dinâmicas em áreas rurais metropolitanas e a como o planejamento tem tratado essas áreas. Esse entendimento é relevante pois há dilemas e questões em comum a partir de experiências do Brasil e do mundo. Além disso, a forma de compreender a questão impacta na forma de lidar com ela; ou seja, uma visão limitada do rural, focada essencialmente na produtividade agropecuária, terminará não enxergando devidamente, principalmente em regiões metropolitanas, onde essas áreas são invisibilizadas.

A segunda seção trata de apresentar características gerais da APA Itupararanga (Figura 1), desde sua criação e concepção até a elaboração (em 2011) de seu principal instrumento, que é o Plano de Manejo, o que oferece

contexto e já ilustra algumas das questões de como se encara o território da APA e seus atores a partir do Conselho Gestor que a compõe. Nisso, também será comentado brevemente o Plano de Manejo e como ele se aproxima (ou não) do planejamento municipal da região.

Figura 1: Localização da APA Itupararanga.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

A terceira etapa consistirá, então, na caracterização do rural da APA, à luz dos conceitos discutidos na primeira etapa. Foram levantados dados censitários, ambientais, econômicos, de modo a compreender o que caracteriza este rural. Já na quarta seção, essa caracterização é complementada pela descrição da forma pela qual o planejamento local enxerga o seu próprio rural.

Há ainda mais uma camada, que não necessariamente se repete em outras áreas similares da Macrometrópole Paulista, que é o fato de se tratar de uma Área de Proteção Ambiental e seu peso nas dinâmicas dessa área. É portanto, discutindo a especificidade do rural metropolitano e verificando a partir das dinâmicas locais, a posição ocupada em fluxos não apenas econômicos, que o presente artigo pretende avançar.

PLANEJAMENTO EM ÁREAS RURAIS METROPOLITANAS

Ao longo das últimas décadas, o Brasil e o mundo experienciaram ondas de novas dinâmicas territoriais e práticas de planejamento. O avanço do capitalismo globalizado contemporâneo trouxe efeitos espaciais que contrariavam algumas leituras feitas no passado. Esperava-se que a globalização trouxesse uma maior homogeneização dos territórios, no entanto, esses processos globais provocam heterogeneidade e o que tem se visto é

uma crescente diversificação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento (GALVANESE, 2018, p.12).

As expressões espaciais dos processos e fluxos globais acabam por reforçar, em múltiplas escalas, os territórios ganhadores e inseridos nesses fluxos mais dinâmicos do capital e, por consequência, acentuar a fragmentação territorial, produzindo efeitos e trajetórias muito distintas. Essas heterogeneidades estruturais precisam ser conhecidas a fundo, dados os diferentes desafios e possibilidades que emergem para o desenvolvimento desses territórios (GALVANESE, 2018).

A compreensão da diversidade e fragmentação territorial não passa apenas pela ideia de regiões “ganhadoras” e “perdedoras”, mas pelos múltiplos efeitos das trajetórias históricas, dos agentes, forças e instituições que os territórios carregam. Com o processo de globalização, territórios urbanos e rurais têm sido palco (e elementos ativos) de novas dinâmicas, atores e relações em múltiplas escalas. Não só as cidades tiveram grandes reconfigurações no modelo produtivo, dinâmica populacional, emprego e renda; como também, os espaços rurais passaram, cada vez mais, a presenciar uma diversificação de funções, atividades, valores e interesses (ABRAMOVAY, 2003; CARNEIRO, 2007; SILVA, 2002; VEIGA, 2004; WANDERLEY, 2000 apud PORTES, 2019; HAESBAERT, 2010).

As mudanças estruturais das características observadas em áreas rurais são acompanhadas por uma transição de paradigma na forma de compreender e planejar as mesmas. Carneiro (2008) articula autores que diagnosticam transformações importantes das áreas rurais, nos contextos europeu e brasileiro deste período, como: retração do êxodo rural em algumas regiões; aumento de ocupações não-agrícolas; implantação de indústrias cultural e turística, que resgatam e exploram bens simbólicos, arquitetônicos e saberes tradicionais de origem rural. Essas novas condições colocadas ao rural, por diversos motivos (como queda de preços de produtos agrícolas, ou ampliação de acesso a infraestrutura e serviços), acabam reposicionando e ressignificando estes espaços. O resgate de tradições, a revalorização da natureza para lazer e contemplação e o turismo de final de semana da população urbana despertam e abrem novos caminhos mas também campos de conflito e disputa (CARNEIRO, 2008, p. 29).

A argumentação da autora vai no sentido de esgarçar a usual visão dual de urbano e rural, pólos opostos entre modernidade/tradição, artificial/natural, industrial/agropecuário. Na medida em que essas dinâmicas ganham fôlego, as fronteiras entre rural e urbano (nunca marcadas em pedra) vão se esmaecendo também. A própria dinâmica e fluxos de populações rurais e urbanas não são tão fixas assim. Certamente, todas essas dinâmicas também são heterogêneas e têm maior ou menor intensidade e contornos específicos entre os territórios (CARNEIRO, 2008).

Essas mudanças crescentes reforçam a necessidade de planejar espaços rurais, contemplando sua complexidade e diversidade de atores, atividades e dinâmicas. Elas são em parte sintetizadas pelos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, assim como pela intensificação e destaque à interdependência entre o rural e urbano. Multifuncionalidade refere-se às

múltiplas funções que as áreas rurais desempenham por si mesmas e pelas suas populações, bem como para áreas urbanas. Por pluriatividade, remete-se ao aumento da presença de atividades rurais não agrícolas que compõem a renda de seus habitantes, como novos tipos de serviços prestados (ex: turismo), empregos em centros urbanos próximos, programas de transferência de renda ou de pagamentos por serviços ambientais, entre outros. E na interdependência entre rural e urbano, ressalta-se a impossibilidade de planejar um desconsiderando o outro, reconhecendo a importância e indissociabilidade mútua (SILVA, 2002).

Um importante aspecto que acompanha o paradigma da nova ruralidade é a não definição do rural como simples oposição ao urbano. Tratar ambos de forma dicotômica, como dois pólos opostos e fechados em si mesmos é insuficiente e, por vezes, pode ser não muito sensível a todas as dinâmicas mencionadas anteriormente. Analisando o rural, por exemplo, de forma isolada, tende-se a ler estes espaços a partir de características supostamente intrínsecas a estes espaços como a produção agrícola como representante da totalidade do que é o rural, o que pode ser uma ótica limitada ao descartar ruralidades que não se encaixam neste quadro ou têm características outras que acabam sendo invisibilizadas.

Uma outra possibilidade de compreender essas relações é sob a perspectiva do continuum rural-urbano, que busca enquadrar a gama de características e especificidades que estão localizadas entre essa dualidade conceitual de rural e urbano. No entanto, apesar de reconhecer características híbridas, essa perspectiva acaba mantendo a existência de dois polos e priorizando a expansão urbana sobre o rural, como espaço a desaparecer pelas transformações que emanam do urbano (CARNEIRO, 2008; EMPINOTTI e FAVARETO, 2021). A própria definição do IBGE para áreas rurais é de caráter residual, caracterizando-as pela ausência de infraestrutura, pela falta de serviços básicos e baixa densidade. Essa visão se coaduna a estudos que consideram a emancipação social no rural como “urbanização do campo”, sobretudo quando se encara a questão a partir dos estudos urbanos. É fundamental dizer que bens e serviços não são características do urbano e nem sua ausência é característica do rural; nesse sentido, não se tratam de etapas de desenvolvimento, sendo necessário compreender suas dinâmicas, especificidades e interdependências (ABRAMOVAY, 2003; PORTES, 2019).

Esta compreensão de interdependências e limites não tão fixos entre rural e urbano importa pois é partindo dela, que se determinam os critérios, ideias, dados e projetos sobre o território. As definições oficiais sobre o que é rural podem tornar alguns territórios invisíveis ou levá-los a reboque em políticas que não fazem sentido nestes territórios. Cada abordagem sobre as relações e limites entre rural e urbano traz consequências e um extenso debate foi sumarizado por Portes (2019) ao analisar a Região Metropolitana de São Paulo. O autor optou por compreender o entorno da região como um espaço híbrido, com um enfoque territorial capaz de explicar parte da realidade desses espaços, já que os territórios são diversos e heterogêneos e não abarcam uma realidade universal.

As variadas transformações e dinâmicas em curso no rural e no urbano, em múltiplas escalas, do global ao local, influenciam fortemente a interação entre ambos e isso é bastante evidente, sobretudo nas regiões metropolitanas. Dinâmicas como a diminuição de subsídios e queda de preços de alguns produtos afeta diretamente a renda de pequenos produtores rurais, assim como a retração de vagas em setores formais de trabalho aumenta a insegurança econômica de trabalhadores em centros urbanos. Isso acaba forçando uma diversificação de fontes de renda e/ou processos de migração entre rural e urbano. Os elos estabelecidos entre rural e urbano, sobretudo nessas áreas de interface, vão afetar de diferentes formas os diferentes grupos sociais e indivíduos presentes nestes territórios, a depender de gênero, idade, raça, assim como filiações políticas e religiosas. Enquanto domicílios de mais alta renda tendem a utilizar recursos rurais e urbanos como parte de estratégia de acumulação, famílias pobres e vulneráveis dependem e negociam nestes espaços por sobrevivência (TACOLI, 2003, pp. 3-6).

Para além das clivagens sociais e econômicas, existem variações na natureza e escopo das relações estabelecidas entre rural e urbano, onde elementos geográficos, ecológicos, sociais, culturais e históricos, assim como os sistemas políticos local e nacional, também influenciam na forma das interações e respostas. Nessas dinâmicas, governos locais (municípios) podem desempenhar papéis importantes na forma de responder a estas dinâmicas. Contudo, pelas próprias dinâmicas em escala nacional e global, a capacidade de intervenção e resposta dos municípios pode ficar debilitada, sendo fundamental pensar de maneira articulada a outros instrumentos e escalas de planejamento e ordenamento territorial (TACOLI, 2003).

Ainda no âmbito do planejamento municipal, os planos diretores por vezes tratam as zonas rurais como zonas ambientais, de modo a conter a expansão urbana difusa e desordenada sobre áreas verdes, relegando a esses espaços uma posição complementar ao urbano, como provedor de serviços para a cidade ou paisagem a ser consumida, mantendo a leitura do rural como espaço secundário (EMPINOTTI e FAVARETO, 2021; TRAVASSOS et al., 2021). Mais do que a resposta a esses estímulos e dinâmicas externas, ou mero palco onde elas se materializam, o rural é também parte ativa do processo, respondendo às pressões do urbano e engendrando outras dinâmicas, mesmo onde ele é invisibilizado.

Quando se pensa em grandes metrópoles hoje, é comum pensar em imagens que remetem a usos, funções, atividades e símbolos essencialmente urbanos. No entanto, as metrópoles ou cidades-região tendem a ser formadas por territórios complexos, uma rede heterogênea de nós e fluxos de pessoas, mercadorias, informações e outros bens; nessa rede heterogênea, estão territórios diversos. Para além do imaginário centrado no urbano, nas metrópoles coexistem com estes centros urbanizados, áreas rurais que compreendem parcelas significativas dessas regiões, além de estabelecer fluxos e trocas constantes e intensas com os centros dessas metrópoles (TRAVASSOS et al., 2020).

Os fluxos mais dinâmicos do capital e os olhos que eles atraem tendem a relegar as áreas rurais que integram essas regiões à margem. Estas áreas,

num olhar menos desatento, revelam ser locais centrais para a manutenção da própria existência e desempenho de usos, funções e atividades urbanas. O exemplo mais claro e crítico são grandes corpos d'água e reservatórios em áreas rurais adjacentes à mancha urbana, que dependem fundamentalmente de nascentes e córregos à montante, e que, por sua vez, dependem dos usos e atividades, bem como decisões tomadas nestes territórios, a nível individual e coletivo (TRAVASSOS e PORTES, 2018; TRAVASSOS et al., 2020)

Por outro lado, é inviável pensar nestas áreas rurais desconsiderando seus vínculos com o centro urbano adjacente, onde há acesso a bens e serviços, emprego e oportunidades diversas que não estão presentes localmente. Especialmente em regiões metropolitanas, essa interdependência acaba sendo ofuscada e tratada de forma assimétrica, onde o rural acaba adquirindo o papel de prestador de serviços para demandas urbanas ou receptáculo de processos que se originam no urbano, sem considerar também o poder de agência do rural e as dinâmicas historicamente desenvolvidas a partir dele (EMPINOTTI e FAVARETO, 2021; TRAVASSOS et al., 2021).

No Brasil, recentemente, uma série de autores têm buscado avançar no desafio de trazer as contribuições as novas ruralidades de forma articulada à produção do espaço metropolitano, do ponto de vista de suas características espaciais observáveis, como também na ótica do planejamento e gestão do território, compreendendo os planos e políticas que incidem nestas regiões (GALVÃO, 2017; PORTES, 2019; BELLENZANI et al. 2019; FERNANDES, 2020; TRAVASSOS et al., 2019). Algumas das reflexões trazidas pelos autores, sobretudo ao analisar o contexto da Macrometrópole Paulista vão no sentido do reconhecimento e dar destaque às ruralidades e suas dinâmicas, onde elas são invisibilizadas; além disso, têm buscado compreender como os discursos, práticas e instrumentos legais de gestão e planejamento territorial enxergam (ou não) essas ruralidades, já que impactarão na configuração da paisagem (TRAVASSOS et al, 2019).

A delimitação oficial do que é rural e do que é urbano, a cargo do município e de forma dicotômica, dificulta o planejamento, sobretudo nas porções de interface urbano-rural (TRAVASSOS et al, 2019). Ao analisar o Sistema Produtor Alto Tietê, na porção leste da Região Metropolitana de São Paulo, Travassos et al. (2019) identificam tratamentos muito distintos nos Planos Diretores dos municípios que compõem a região. Isso significa dizer que, enquanto alguns buscam articular um olhar multifuncional e plural para suas áreas rurais, outros propõem e buscam um incentivo a adensamento urbano, sem considerar as especificidades de suas áreas rurais.

Olhando para uma escala global, em países centrais e periféricos, guardadas as devidas proporções, há semelhanças na forma pela qual estas áreas rurais metropolitanas vêm sendo tratadas nas esferas de planejamento. Travassos et al. (2021) resumem dois elementos de destaque:

- A ausência, marginalização ou baixa presença das áreas rurais nas estratégias de regionalização;
- Primazia das cidades e aglomerações em instrumentos territoriais.

Na Europa, por exemplo, a literatura aponta para uma instabilidade na regionalização/diagnóstico e descontinuidade dos planos e programas, além de uma visão estreita, que não compreende a diversidade dessas ruralidades, tratando-as como algo único (HARRISON e HELEY (2014); SCOTT (2005) apud TRAVASSOS et al., 2021). Na Índia, são destacadas a fragmentação das estruturas de planejamento e o viés urbano com o qual essas áreas são tratadas (KRISHNANKUTTY, 2018, apud TRAVASSOS et al., 2021). Cavalhieri et al. (2021) também trazem questões similares ao observarem a falta de articulação e integração institucional no Valle de Aburrá colombiano.

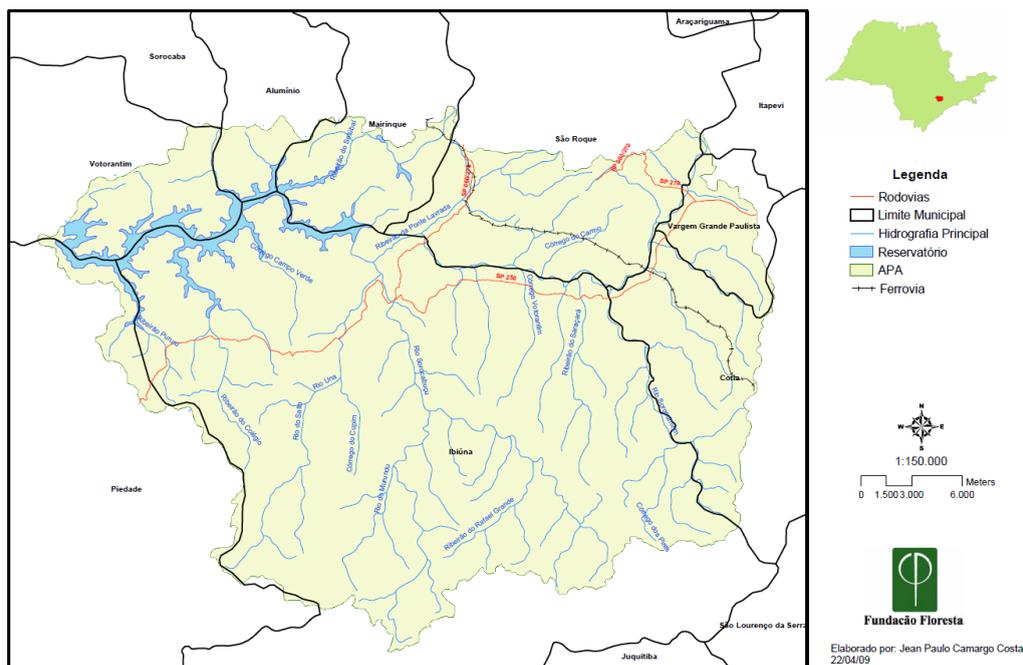
É cada vez mais imperativo aprofundar a caracterização territorial que compreenda as dinâmicas, interdependências e heterogeneidades do rural e do urbano; e para isso também pensar em formas de planejamento e governança territorial de forma interdisciplinar e multiescalar. O caso a seguir se concentra em áreas rurais compreendidas por duas regiões metropolitanas, o que reforça a relevância dos debates apresentados. Para além disso, ela está localizada numa área ambientalmente protegida, o que confere algumas especificidades adicionais que serão tratadas na seção a seguir.

APA ITUPARARANGA: CONDICIONANTES E ESPECIFICIDADES

As Áreas de Proteção Ambiental são unidades de conservação de uso sustentável, conforme definido pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), cujo propósito é assegurar o bem estar de populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, admitindo que uma série de atividades e usos podem ser desempenhados dentro de seus limites, porém coibindo a degradação (BRASIL, 2000; BERNARDI, 2011; SÃO PAULO, 2010), por meio de zonamento e gerenciamento adequados, estabelecidos nos planos de manejo. Por permitir uma abrangência para além de um município, estas podem ser instrumentos importantes para planejamento e ordenamento territorial regional. Contudo, isso também traz algumas dificuldades que remetem a questões diagnosticadas, como: falta de articulação entre as diferentes esferas de governo, descontinuidade e não verificação de resultados, baixa participação popular, entre outros (VIEIRA, 2011).

A APA Itupararanga foi criada no âmbito estadual, por meio da Lei ordinária nº 10100 de 01/12/1998 e foi alterada pela Lei Estadual 11.579 de 02 de dezembro de 2003. Ela está localizada na porção do Alto Sorocaba da Bacia Hidrográfica do rio Sorocaba, no Estado de São Paulo, a aproximadamente 40 km da capital. Com 93.651 hectares, sua abrangência compreende a bacia formadora da represa de Itupararanga, nos municípios de Alumínio, Cotia, Ibiúna, Mairinque, Piedade, São Roque, Vargem Grande Paulista e Votorantim (Figura 2). Todos esses municípios fazem parte de regiões metropolitanas: sendo Cotia e Vargem Grande Paulista à Região Metropolitana de São Paulo e os demais, à Região Metropolitana de Sorocaba (BERNARDI, 2011; SÃO PAULO, 2010)

Figura 2: Mapa de localização da APA Itapararanga



Fonte: SÃO PAULO, 2010.

Na tabela abaixo, tem-se a área estimada de cada um dos municípios dentro da APA, assim como a população de cada um deles. Vale destacar o município de Ibiúna, que além de ter maior área absoluta e relativa dentro da APA, também é o que possui maior população residente nos limites da APA, sendo a única com sua sede municipal dentro desse perímetro.

Tabela 1: População e ocupação do território na APA Itapararanga

Municípios	Área Municipal (km ²)	% da área na APA	População 2010 (nº residentes)	% de população no território da APA
Ibiúna	1.059,69	52,33	71.217	97%
Cotia	323,89	24,79	201.150	15%
São Roque	307,55	35,22	78.821	18%
Mairinque	209,76	24,5	43.223	11%
Votorantim	184	26,51	108.809	0,3%
Alumínio	83,74	20,01	16.839	7%
Vargem Grande Paulista	33,51	85,45	42.997	79%

Piedade	745,54	1,93	52.143	2%
Total	-	-	615.199	25%

Fonte: Adaptado de SÃO PAULO, 2010, p. 13, a partir de dados do IBGE, 2010.

Sua importância e criação estão intimamente ligadas à existência da represa de Itupararanga e a relevância da área de sua bacia de drenagem para produção de água e abastecimento. Foi construída, em 1912, pela empresa Light para gerar energia elétrica. Em 1974 ela passou a ser administrada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, no município de Alumínio. A produção de energia elétrica é direcionada a essa indústria, mas a represa adquiriu ao longo do tempo uma série de outras funções e usos muito valiosos, como: abastecimento público de água, água para irrigação agrícola, atividades de lazer e turismo e controle de vazão do rio Sorocaba (VIEIRA, 2011).

Em 2004, a concessão para a CBA foi renovada e contou com audiências públicas e mobilizações, da sociedade civil e também órgãos públicos, que resultaram no estabelecimento de limites e compensações, em direção a uma quebra de hegemonia do setor elétrico na gestão dos usos dos recursos hídricos na região. Para tanto, a atuação do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT) foi fundamental, contando com o envolvimento de prefeitos e participação ativa do estado e sociedade civil ao longo dos anos 1990 (ALMEIDA et al., 2017; BERNARDI, 2011, pp. 14-16).

Com relação à APA, em São Paulo, a Fundação Florestal é o órgão responsável pelo gerenciamento de todas as unidades de conservação estaduais, parques e estações ecológicas, reservas e áreas de proteção ambiental, entre outras categorias (SÃO PAULO, 2011 apud VIEIRA, 2011, p. 46). Contudo sua gestão conta também com um Conselho Gestor, de caráter consultivo, que elabora e acompanha a implementação do Plano de Manejo, além de acompanhar a aplicação de recursos, avaliar documentos e propostas, entre outras atribuições. O Conselho é tripartite, formado por representantes dos municípios, órgãos estaduais e sociedade civil.

Estancione (2015) buscou compreender, a partir de entrevistas e acompanhamento do Conselho Gestor, os processos de governança e aprendizagem social na APA Itupararanga. Entrevistas com participantes ativos do CG, que estiveram presentes no contexto de criação da APA, tornaram possível registrar algumas impressões individuais desses atores sobre elementos importantes naquele momento e na sua manutenção, bem como, num âmbito mais pessoal, seus vínculos e relações com a APA, que os motivaram a participar. Os relatos destacam a importância da participação social e mobilização de diversas entidades para a criação da APA. (ESTANCIONE, 2015, p. 115).

A centralidade do CBH-SMT para a constituição da APA e sua relevância como força institucional para manutenção da mesma, também tem destaque

para esses membros. No momento de discussão para constituir a APA, alguns municípios (como Cotia e Vargem Grande Paulista), evitaram participar ou estarem inseridos na APA, temendo que houvesse, com ela, dificuldades para atividades econômicas na área. Estes municípios só foram incorporados posteriormente, graças à influência do CBH-SMT. Outro ator importante que não se envolveu nas discussões inicialmente, foi a CBA, apesar de seu interesse. Seu envolvimento e participação no CG da APA só ocorreu posteriormente, com uma cobrança mais rigorosa por sua participação (ESTANCIONE, 2015).

Os entrevistados apontam para a importância de haver um acompanhamento dos desdobramentos de instrumentos como o Plano de Manejo, Plano de Bacia e Planos Diretores, evidenciando a necessária articulação dos impactos e responsabilidades da gestão do uso do solo municipal nas escalas regional e estadual. Tal percepção nasce da leitura que, mesmo com comprometimento e participação dos municípios no CG, há dificuldade de incorporação concreta dos esforços, estudos e diretrizes construídos no âmbito da APA pelos municípios e suas secretarias, sobretudo na elaboração e revisão dos Planos Diretores (ESTANCIONE, 2015).

O zoneamento e as normas e diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo são fundamentais na orientação dos usos da área e manejo de recursos naturais (SÃO PAULO, 2010). A APA Itupararanga possui um Plano de Manejo elaborado em 2010, sob a responsabilidade de seu Conselho Gestor. Nele, destaca-se o objetivo geral do zoneamento: promover o ordenamento do uso e ocupação do solo, conservação e preservação dos recursos naturais. Além disso, colocam-se como objetivos específicos:

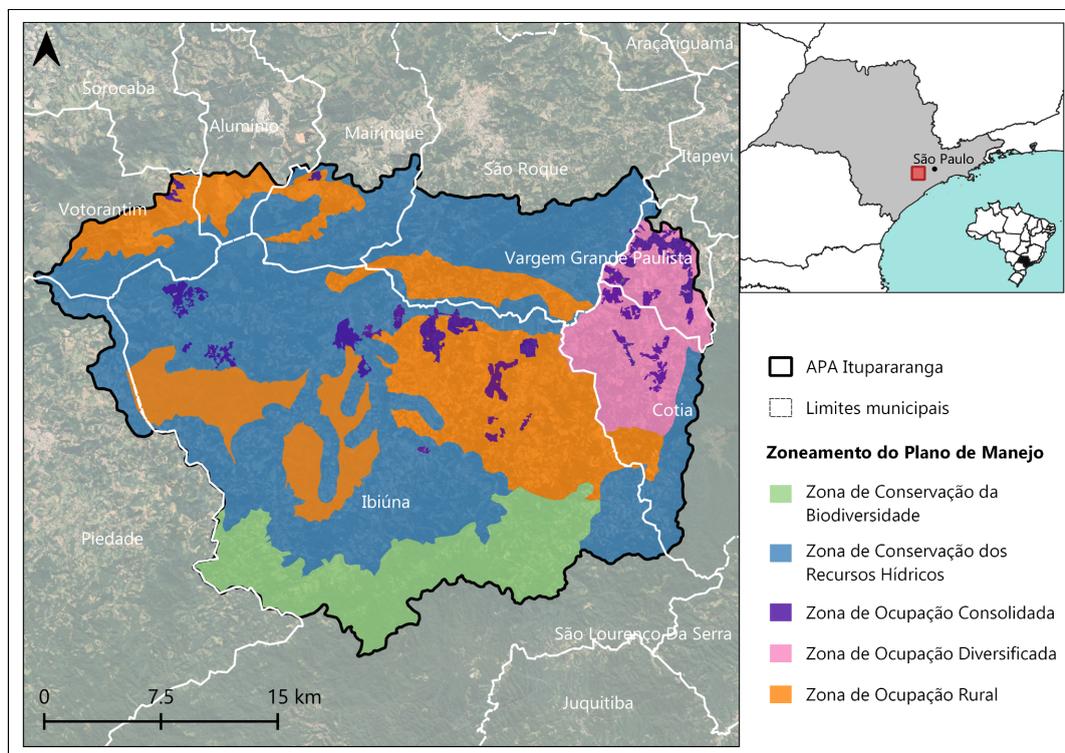
- Proteger os recursos hídricos e promover a melhoria de sua qualidade;
- Assegurar a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais;
- Disciplinar o uso e ocupação do solo e a exploração dos recursos naturais, impedindo ou minimizando a implantação de atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar os mananciais de água;
- Preservar e conservar os fragmentos de vegetação nativa;
- Preservar e conservar a vegetação de matas ciliares;
- Compatibilizar os instrumentos legais urbanísticos com a gestão da APA de Itupararanga visando assegurar o crescimento ordenado dos municípios e a proteção de seus recursos naturais (SÃO PAULO, 2010, p. 75).

A partir desses objetivos, o zoneamento estabelece as seguintes divisões, que podem ser vistas na Figura 3 (BERNARDI, 2011, p. 20; SÃO PAULO, 2010, pp. 75 - 82):

- Área de Conservação:
 - Zona de Conservação da Biodiversidade (ZCB);
 - Zona de Conservação dos Recursos Hídricos (ZCRH).
- Área de Ocupação Dirigida:
 - Zona de Ocupação Diversificada (ZOD);
 - Zona de Ocupação Rural (ZOR);

- Zona de Ocupação Consolidada (ZOC).

Figura 3: Zoneamento ambiental da APA Itapararanga (2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de SÃO PAULO, 2010.

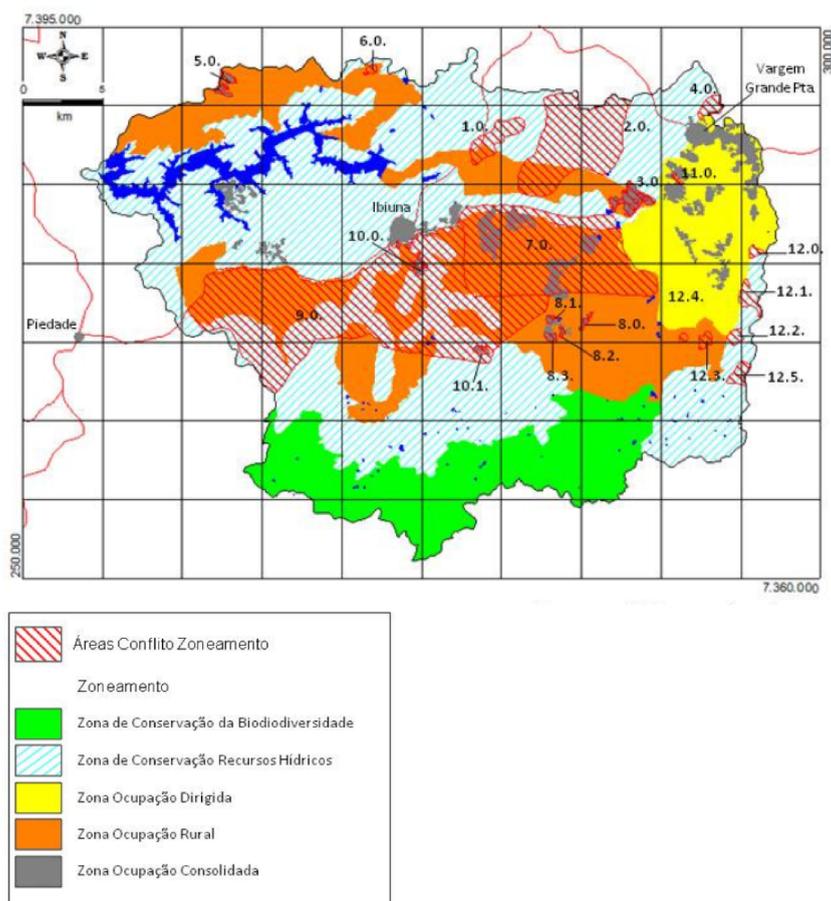
A ZCB corresponde à porção mais restritiva da APA, compreendendo florestas e vegetação natural que devem ser mantidas, além de cabeceiras de cursos d'água que formam a bacia de contribuição da represa. A ZCRH compreende importantes áreas de nascentes, córregos e rios que contribuem para a formação da represa, onde são admitidas atividades de lazer, pesca não industrial, ecoturismo, visitação contemplativa, agropecuária (desde que tenha um uso racional de agroquímicos e promovam conservação do solo e recursos hídricos). Na ZOC estão núcleos urbanos, loteamentos ou áreas em processo de urbanização, e é onde sugere-se a recuperação de áreas degradadas e condicionamento da expansão urbana à adequação de infra-estrutura básica. A ZOD é identificada como a porção da APA “em processo de urbanização”, onde se pretende limitar impactos e disciplinar novos loteamentos e condomínios, manter remanescentes florestais existentes, controlar expansão urbana, promover atividades de potencial de ecoturismo e de “resgate da cultura rural”; portanto há a coexistência de múltiplos usos e atividades presentes tanto no urbano, quanto no rural. Já na ZOR, do chamado uso predominantemente rural, são contempladas áreas de propriedades rurais de uso agrícola, principalmente, onde permite-se atividades agrossilvopastoris de baixo impacto ambiental, sobretudo quanto ao uso de agroquímicos (buscando evitar seu uso inadequado) (SÃO PAULO, 2010, pp. 74-82).

Apesar da implantação da APA, o intervalo de dez anos até a elaboração de seu Plano de Manejo abriu margem para que os Planos Diretores Municipais fossem produzidos ao longo da década sem esta referência, o que causou alguns descompassos e desencaixes entre as diretrizes e usos previstos nos dois instrumentos, identificados por Bernardi (2011). Um exemplo desses conflitos é o caso de Ibiúna, que possui grande parte de sua zona de Destinação Industrial inserida em zonas mais restritivas da APA, como a Zona de Conservação de Recursos Hídricos. Num outro caso, no município de São Roque, áreas delimitadas como Macrozona de Consolidação Urbana (que estimula o adensamento urbano) se sobrepunham à Zona de Conservação de Recursos Hídricos e à Zona de Ocupação Rural da APA.

Para além do largo intervalo de tempo entre a criação da APA e a elaboração do Plano, Bernardi aponta a baixa participação popular na elaboração dos planos diretores como um possível motivo de parte desses conflitos. Além disso, ela identifica que muitos dos planos elaborados no período de análise se restringem às diretrizes nacionais, estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, e não se atentam às particularidades locais.

Em análise textual dos Planos Diretores, a autora identifica temas caros ao Plano de Manejo da APA que sequer são mencionados em alguns municípios, como a previsão de criação de reservas florestais na áreas rurais, previsão de tratamento de esgoto para assentamentos humanos na área da APA ou a previsão da criação de Unidades de Conservação municipais (BERNARDI, 2011). E ainda, áreas em que os zoneamentos se conflitam do ponto de vista das destinações e diretrizes locais (Figura 4).

Figura 4: Conflitos existentes entre os zoneamentos dos Planos Diretores e Plano de Manejo



Fonte: BERNARDI, 2011, p. 55.

É interessante notar o distanciamento dos municípios da RMSP (Cotia e Vargem Grande Paulista) e como seus Planos Diretores pouco contemplam temas sensíveis à APA. Ademais, apesar da existência de uma porção significativa de áreas em que há conflitos entre os zoneamentos, sobretudo em Ibiúna e São Roque, eram estes os municípios que previam adaptar suas legislações de uso e ocupação do solo e Planos Diretores posteriormente (BERNARDI, 2011).

A partir do zoneamento da APA, também é interessante observar como quase todas as zonas poderiam ser entendidas, em alguma medida, como abrigo de ruralidades diversas dentro da APA, revelando múltiplas funções e atividades possíveis, disciplinadas ou condicionadas à mitigação de impactos ambientais na região (sobretudo solo, água e biodiversidade). Quase todas as zonas elencadas, potencialmente, poderiam ser consideradas rurais (exceto a ZOC) sob um olhar multifuncional e pluriativo do mesmo, onde se entrecruzam atividades de lazer, turismo, produção agropecuária e conservação de remanescentes florestais. Ainda assim, apenas a ZOR leva este nome, trazendo uma compreensão setorial sobre o rural, pautada pela predominância da produção agropecuária, ofuscando possibilidades de usos diversos, compatíveis às condicionantes da APA.

Além do desafio já apresentado anteriormente no texto, de marginalização do rural e primazia do urbano no planejamento, sendo a APA uma área ambientalmente sensível e que é estratégica para as populações em diferentes escalas, algumas compreensões deveriam ser equalizadas para que os instrumentos consigam orientar o território, oferecendo alternativas a partir do que já existe.

CARACTERIZAÇÃO DO RURAL NA APA

A maneira como se delimita rural e urbano hoje, tem múltiplas limitações e perpetua, como já mencionado anteriormente, o viés de que ele se tornará urbano ao longo do tempo, como rota única de desenvolvimento. Diferentemente, ir além das categorias unidirecionais, oficial e tradicionalmente utilizadas, é fundamental. No entanto, o debate colocado por diversos autores que procuraram detalhar as características definidoras da nova ruralidade, nos lembra que para reconhecer o rural, especialmente no contexto metropolitano, onde ele é invisibilizado, o instrumental teórico e analítico precisa estar atento às novas dinâmicas em curso e que moldam um rural multifuncional, pluriativo e heterogêneo.

Justamente buscando entender essa heterogeneidade, Fernandes (2020) elaborou tipologias para compreender os “rurais” que compõem a Macrometrópole Paulista. Desse esforço, foram regionalizados cinco tipos a partir de uma série multidimensional de variáveis. Com o olhar atento à área de abrangência da APA Itupararanga, o Tipo 2 é o que se destaca, ocupando sua maior parte da região de abrangência da Unidade de Conservação, na porção sudeste da Região Metropolitana de Sorocaba. Vale destaque também a algumas porções no Tipo 5, na divisa com a Região Metropolitana de São Paulo, onde estão os municípios de Cotia e Vargem Grande Paulista (FERNANDES, 2020, p. 16).

A Tipologia 2 possui como principais características:

- Alta presença de área com remanescentes e áreas de proteção;
- Poucos vínculos formais de emprego na agricultura e maior número na indústria;
- Taxa de desemprego alta;
- Alto número de estabelecimentos agropecuários;
- Alta presença de chácaras e sítios de produção;
- Renda per capita baixa;
- Alta porcentagem de domicílios com saneamento inadequado e descarte inadequado de lixo (FERNANDES, 2020, p. 19).

Algumas das características observadas na APA estão claramente representadas aqui, como a relevância de ser uma Unidade de Conservação, a presença importante da produção agropecuária, ou ainda a presença de muitos estabelecimentos agropecuários.

Com relação à Tipologia 5, que se aproxima do bairro de Caucaia do Alto (em Cotia), nota-se uma interface mais próxima com o centro urbano da

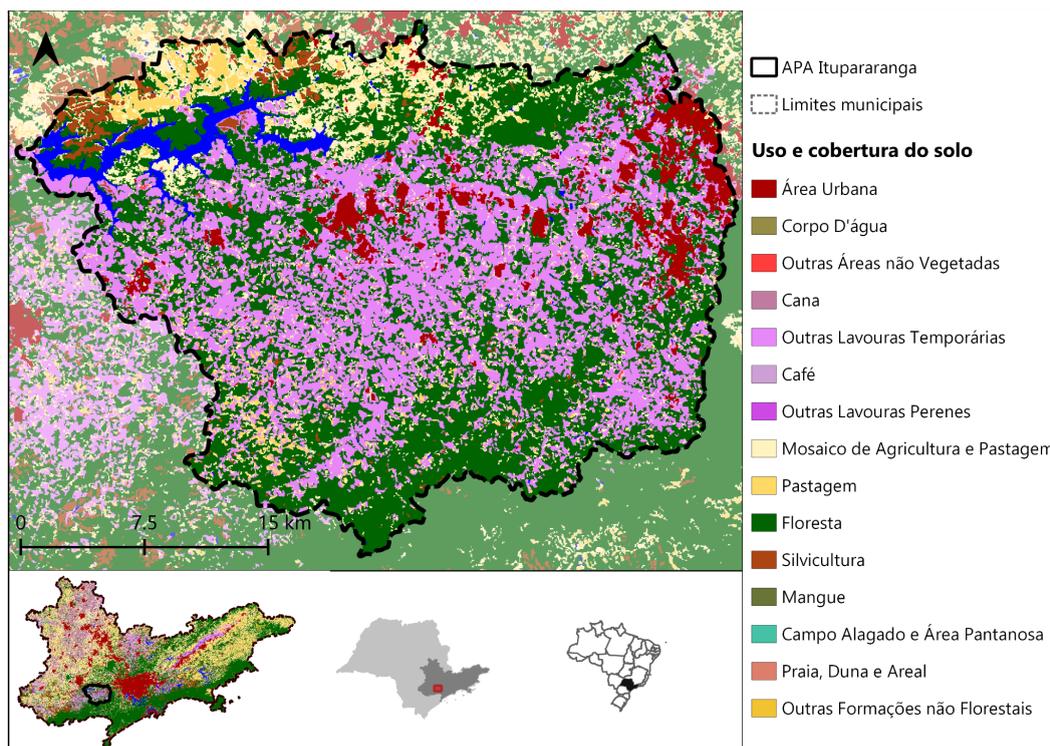
RMSP, estabelecendo outros vínculos e relações, sendo um eixo de expansão urbana. Suas principais características são:

- Baixa presença de remanescentes e áreas protegidas, e alto crescimento populacional;
- Número elevado de empregos formais na agricultura, mas relativamente pequeno comparado a outros setores;
- Alta taxa de desemprego e presença de áreas vulneráveis;
- Trabalhadores rurais mais qualificados e número médio de estabelecimentos agropecuários (FERNANDES, 2020, p. 23).

Essas tipologias sintetizam muito bem boa parte das dinâmicas existentes na porção da Macrometrópole Paulista ocupada pela APA. Contudo, existem especificidades e dinâmicas locais que são determinantes para existência desse retrato geral, e que auxiliam a compreender este território em movimento e as dinâmicas em curso que potencialmente serão relevantes ao longo do tempo.

A APA Itupararanga possui, no território de cada município que a compõe, especificidades e trajetórias próprias, que dialogam entre si. Esse caminho percorrido por cada um ao longo do tempo, os usos, atividades e dinâmicas territoriais vão moldando e conformando a paisagem. Na Figura 5, observam-se as principais classes de uso e cobertura do solo em 2020. Destaca-se, além dos remanescentes florestais que, fragmentados, distribuem-se pela área: a represa de Itupararanga na porção noroeste (em azul escuro); a presença intensa de áreas de culturas agrícolas temporárias (em rosa) distribuídas em toda a extensão; porções com presença de pastagens e silvicultura no extremo noroeste da APA, porção que contempla os municípios como Votorantim e Alumínio (marrom e amarelo); e áreas urbanas (em vermelho), que se distribuem na porção norte do município de Ibiúna, ao longo da Rodovia Bunjiro Nakao, que cruza seu território de leste a oeste, tendo maior presença nas porções de Cotia e Vargem Grande Paulista. Nestes dois últimos municípios, nota-se uma coexistência heterogênea entre várias classes de uso.

Figura 5: Uso e ocupação do solo na APA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPBIOMAS, 2020.

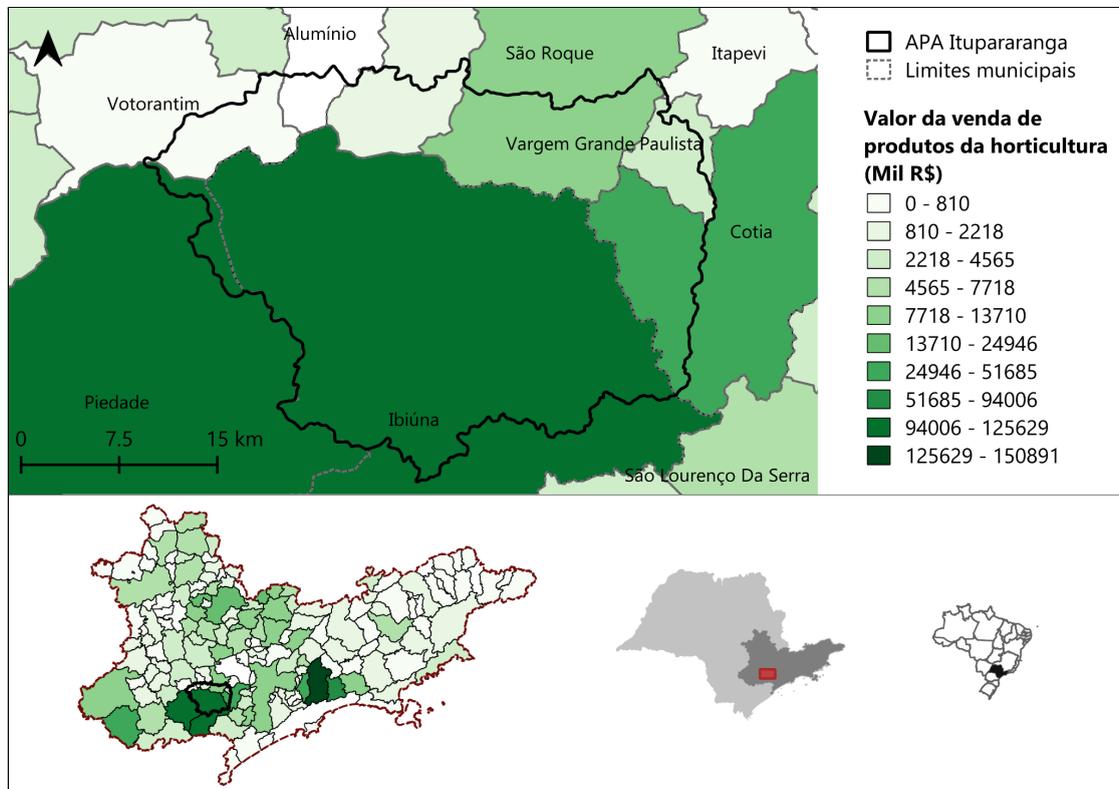
A partir da presença expressiva de áreas caracterizadas como de “atividades rurais”, vale procurar compreender as atividades predominantes e características gerais da ruralidade da região e ressaltar os elementos marcantes da nova ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade. É ainda bastante relevante entender qual o tipo de produção agropecuária e suas dinâmicas locais.

Dados recentes do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA, 2017) revelam uma parcela significativa de área com culturas temporárias, principalmente nos municípios de Ibiúna e Piedade, que se enquadram como principais responsáveis pelo fornecimento de hortaliças para as centrais de abastecimento das regiões metropolitanas de São Paulo e Sorocaba (FAGLIARI, 2017). A Figura 6 ilustra comparativamente o volume total de venda de produtos de horticultura da região e dos demais municípios da Macrometrópole Paulista. Na mesma figura, porém observando o contexto de outras porções da Macrometrópole, os municípios que se equiparam ou superam este volume estão do outro lado da Região Metropolitana de São Paulo, com relevantes produções deste segmento nos municípios do Sistema Produtor Alto Tietê.

Além disso, esses produtores, em Piedade e Ibiúna, são majoritariamente da agricultura familiar, como demonstra a Figura 7. Em Ibiúna existem agricultores vinculados a três principais cadeias produtivas: olericultura convencional, olericultura orgânica e fungicultura. Há cooperativas no município, mas elas não alcançam um número tão alto de produtores, comparados ao total (Ibiúna, 2010). Algumas cooperativas e associações locais (ex.: APPOI; CAISP) têm procurado fazer produções orgânicas e hidropônicas

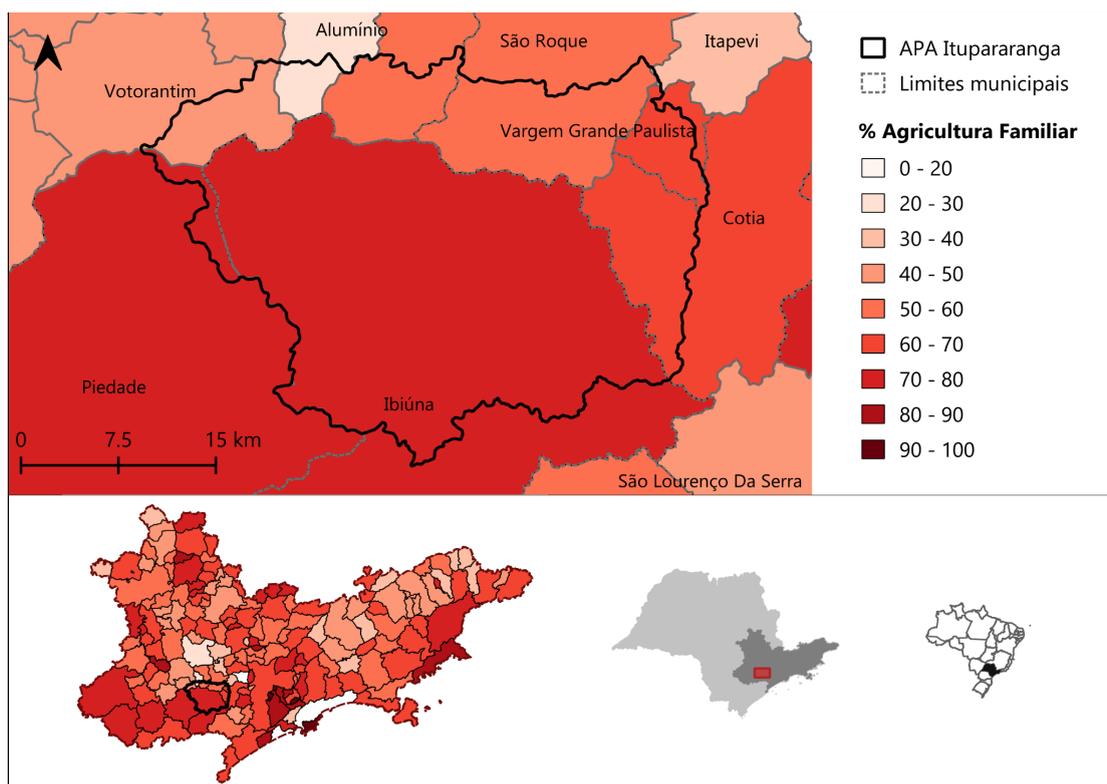
como diferenciais que agregam valor ou durabilidade aos produtos. No caso da CAISP, há inserção em redes de hipermercados da RMSP e outras regiões de São Paulo (BERNARDO, 2015).

Figura 6: Valor da venda de produtos da horticultura



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017.

Figura 7: Perfil do proprietário rural na APA: Agricultura Familiar



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017.

Observando o quanto cada setor da economia representa no PIB municipal, percebe-se que o valor comparativamente elevado na produção de hortaliças em Piedade e Ibiúna, também se reflete no PIB e na relevância do setor agropecuário nesses municípios.

Tabela 2: Produto Interno Bruto municipal e participação dos setores da economia

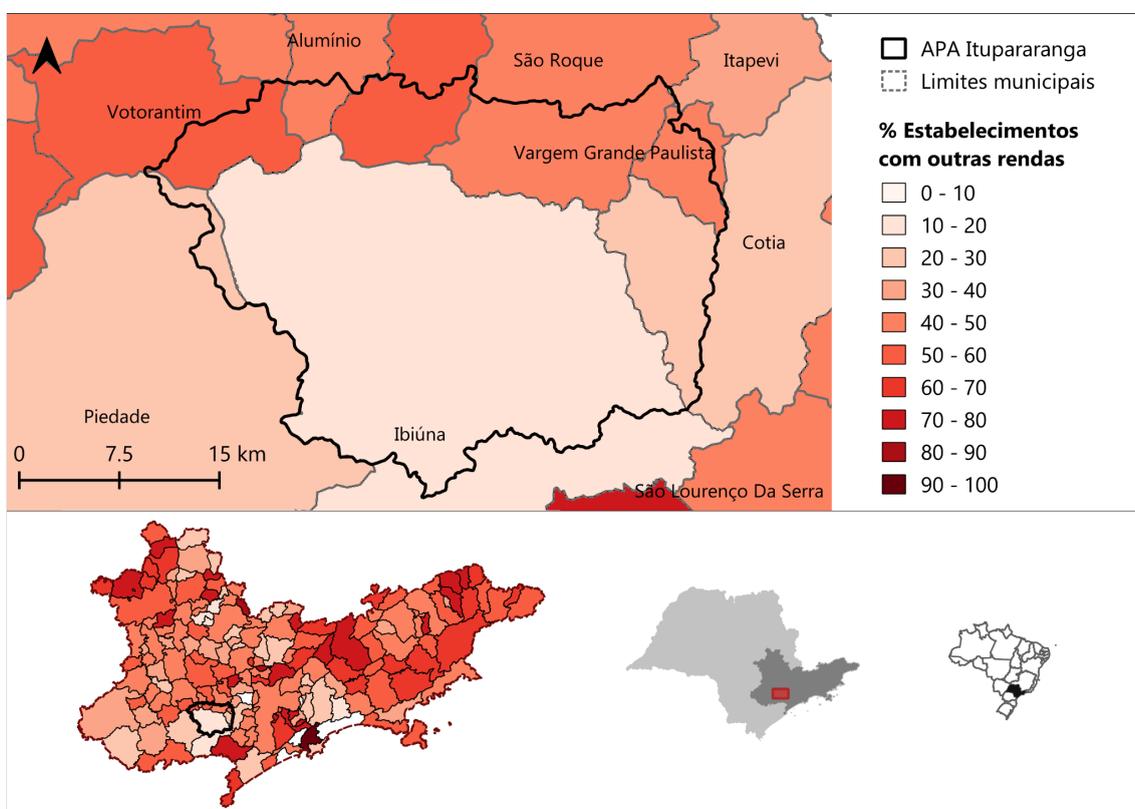
	Produto Interno Bruto - PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)	Agropecuária (% do PIB)	Impostos líquidos de subsídios (% do PIB)	Indústria (% do PIB)	Serviços (% do PIB)
Alumínio	2.105.104.507	118.617	-	26,3	48,4	25,2
Cotia	12.534.568.975	52.624	0,14	21,2	22	56,6
Ibiúna	1.701.924.431	22.575	15,6	7,8	16,3	60,2
Mairinque	1.896.800.509	41.476	0,85	14,8	35,3	49,1
Piedade	1.208.662.608	22.706	24,5	6,6	10,3	58,6

São Roque	2.971.649.829	34.617	0,96	12,9	16,8	69,3
Vargem Grande Paulista	2.082.695.309	41.000	1,23	15,2	23,1	60,5
Votorantim	3.093.368.486	26.295	-	10,8	21,7	67,4

Fonte: SEADE, 2018.

A baixa participação da agropecuária em municípios como São Roque, por exemplo, não necessariamente significa um apagamento do rural. A Figura 8 mostra o percentual de estabelecimentos rurais que obtiveram receitas com outras rendas que não a produção agropecuária no estabelecimento. Enquanto as propriedades nos municípios como Votorantim e Alumínio têm mais participação de outras fontes de renda (o que pode ou não envolver algum deslocamento para outro município ou áreas urbanas, por exemplo), em Ibiúna, as receitas permanecem vinculadas à produção no estabelecimento ou dependem dela de maneira mais significativa (mais de 80% das propriedades).

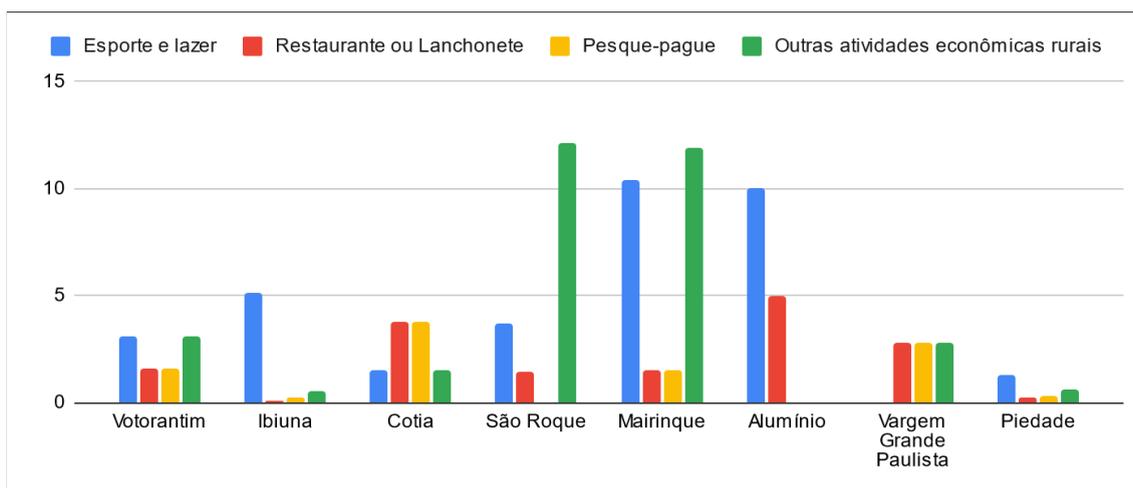
Figura 8: Receitas obtidas em outras atividades pelo produtor que não a produção do estabelecimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017.

Enquanto o mapa anterior engloba as receitas obtidas dentro ou fora da propriedade, vale a pena compreender também possíveis outras fontes de renda nas unidades produtivas. O Gráfico 1 mostra, para os anos de 2016-2017, o percentual de unidades produtivas dos municípios da APA que desempenham atividades como: esporte e lazer, restaurantes ou lanchonetes, pesque-pague, entre outras. Tais serviços e atividades rurais são acompanhadas de pelo turismo e uso ocasional ou de lazer, sobretudo para habitantes das áreas urbanas das metrópoles. Essa questão foi levantada por Travassos et al. (2019) ao analisarem domicílios particulares permanentes vagos e de uso ocasional a partir de dados do Censo de 2010, focando em porções específicas da Macrometrópole Paulista. Nestas porções, fragmentadas do ponto de vista dos fluxos econômicos e simbólico, foram identificados clusters de domicílios vagos ou não ocupados. Uma dessas regiões abrange a APA Itupararanga, onde, além disso, há uma densidade alta de propriedades rurais.

Gráfico 1: Porcentagem de UPAs (Unidades de Produção Agropecuárias) que desempenham outras atividades além da produção agropecuária

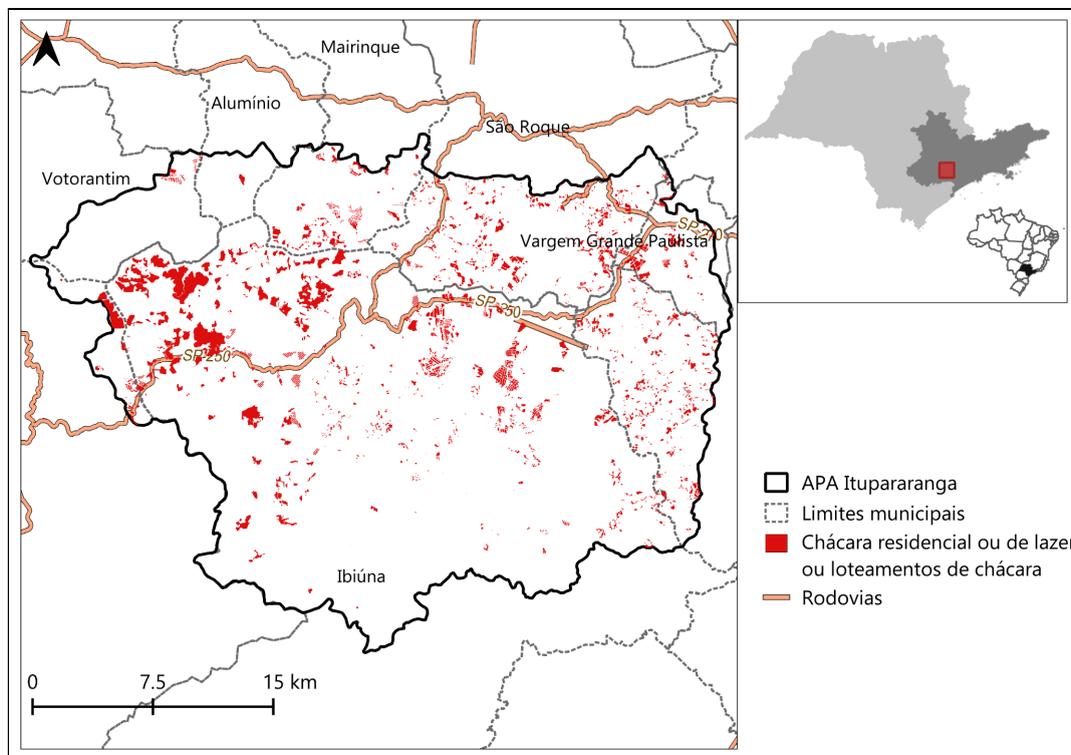


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do LUPA (2016/2017).

Corroborando com este dado e um olhar multifuncional das áreas rurais, a Figura 9 mostra a presença de chácaras residenciais ou de lazer na APA, em 2011. Vale destacar uma presença mais significativa ao longo da Rodovia Bunjiro Nakao e ao redor da Represa de Itupararanga, nas partes central e noroeste da UC. Potenciais fatores que propiciam essas localidades podem ser acessibilidade e as amenidades proporcionadas pela paisagem. Fagliari e Souza (2017) debruçaram-se sobre essa dinâmica chamando atenção para a construção de condomínios de segunda residência ao longo da rodovia mencionada, voltados a populações urbanas não residentes no território. Isso se acentua via empreendedores individuais e construtoras ou incorporadoras, principalmente no final dos anos 1990 para variados perfis de renda dos compradores. Ao mesmo tempo em que imprimem algum dinamismo

econômico e demandam serviços, eles estabelecem outra lógica espacial, configurada pelo isolamento e acentuação de disparidades.

Figura 9: Chácaras residenciais ou de lazer na APA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Emplasa, 2011.

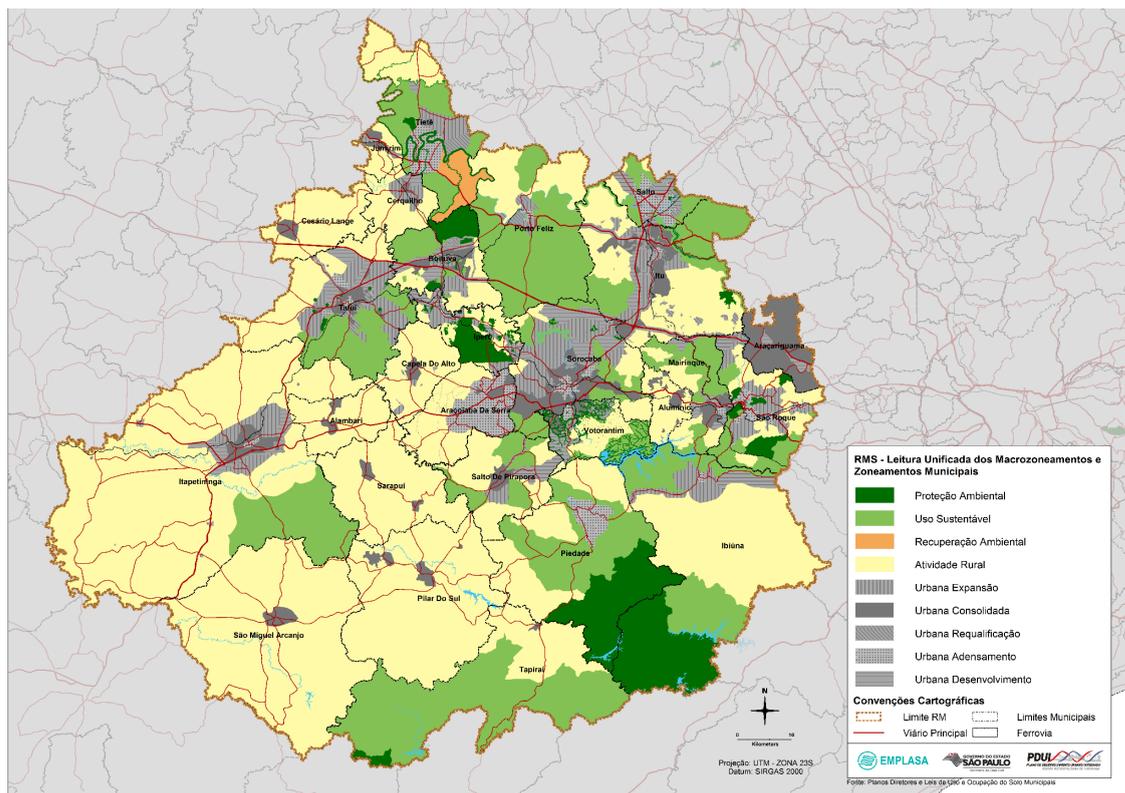
Estas novas dinâmicas existentes levantam outra questão relevante na configuração do rural da APA, que é saber quem são os residentes no município e quem visita ou mora ocasionalmente. Apesar da forte presença da agricultura familiar e da produção agropecuária como marcas relevantes nos municípios de Ibiúna e Piedade, esses municípios têm, comparativamente, um menor percentual de residentes nesses estabelecimentos que em outras porções da APA. Isso pode se dar pela dinâmica em curso de entrada de novos atores, pela relação de trabalho e propriedade da terra, ou, como descrito no Plano Municipal da Mata Atlântica de Ibiúna (2018), existem muitas subcentralidades e bairros rurais, nos quais a população pode residir para além das propriedades rurais. Além disso, a partir de entrevistas com trabalhadores rurais de Cotia e Ibiúna, Massola e Silva (2019) procuraram compreender o vínculo e identidade com o lugar e também as relações de trabalho. Um dos elementos que emerge das entrevistas é a diversidade de relações de trabalho e propriedade, onde nem sempre quem trabalha na região morou ou mora ali efetivamente, inclusive alguns abandonaram atividades agrícolas na região em prol de empregos nas regiões urbanas da cidade (MASSOLA e SILVA, 2019).

CARACTERIZAÇÃO DO RURAL DA APA NO PLANEJAMENTO LOCAL

O Plano Diretor Municipal é um dos principais instrumentos de ordenamento territorial local, a partir dele é possível captar, em alguma medida, a visão do rural no município. As visões ali refletidas estão ancoradas na perspectiva do corpo técnico da administração pública do município em sua relação com os demais atores, e é a partir dessa compreensão sobre o território que se orientam as diretrizes e políticas públicas locais. É fundamental que ele esteja articulado com outros instrumentos de planejamento, Planos de Manejo de UC, Planos de Bacia Hidrográfica e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, a nível metropolitano.

No Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (2016-2027), a APA é considerada área prioritária para conservação e investimento, tendo em vista o papel estratégico que cumpre para abastecimento de municípios nas sub-bacias do Alto e Médio Rio Sorocaba. Apona, ainda, que o manancial vem sofrendo um aumento de nível trófico, associado à falta de tratamento de esgotos e a cargas elevadas de fósforo pelas atividades industriais e agrícolas (CBH-SMT, 2016). Tal constatação dá ainda mais ênfase à necessidade de articulação e ordenamento compatível dos usos e atividades municipais, que no caso de Itupararanga, estão fortemente vinculados à quantidade e qualidade da água.

Com relação ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado de Sorocaba, que ainda está em desenvolvimento e abarca a maior parte dos municípios da APA (com exceção de Cotia e Vargem Grande Paulista) vale mencionar que a APA está localizada na porção sudeste da região, importante sob o ponto de vista ambiental. Ali estão localizadas Unidades de Conservação além da APA. Na leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais, com exceção de Ibiúna, os municípios tendem a zonear as porções de seus territórios dentro da UC, ao uso sustentável, conforme a Figura 10. Vale algum destaque notar que Ibiúna figura com uma grande porção destinada ao que está categorizado como “Atividade Rural”.



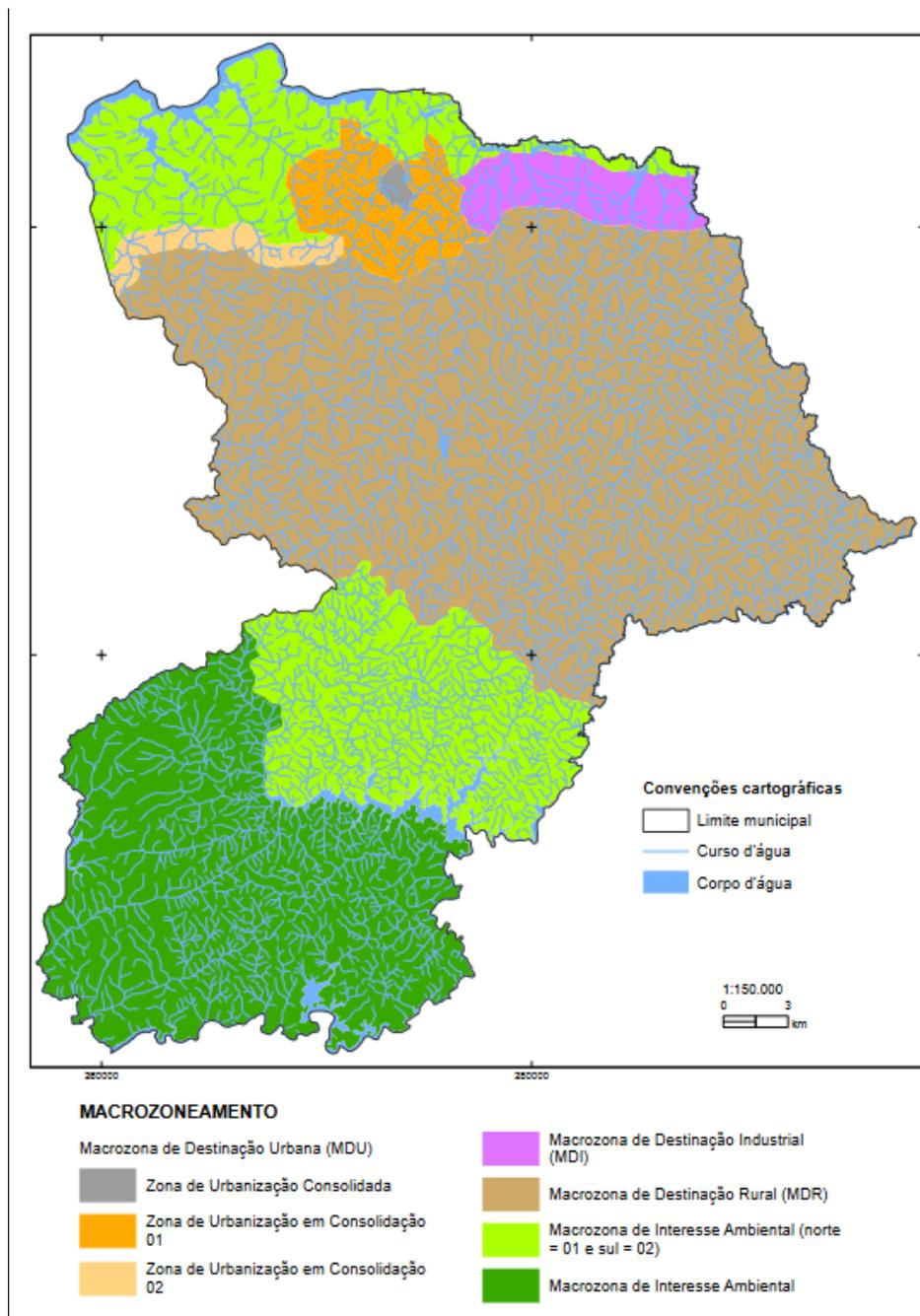
Fonte: PDUI-RMS, 2017.

O Panorama Regional elaborado ainda no âmbito do PDUI, menciona Itupararanga como um circuito turístico importante, associado à quantidade expressiva de parques e reservas na região. Da RMS, Itú, Salto, Ibiúna e São Roque são municípios que possuem o título de “estância turística” (estes dois últimos, dentro da APA).

Por ser o município com maior área absoluta dentro dos limites da APA (inclusive com sua sede municipal dentro dela), Ibiúna foi escolhida como exemplo para avaliar brevemente como o rural é tratado na esfera de planejamento e ordenamento territorial local, tendo como foco, seu Plano Diretor Municipal de 2016 (Lei Nº 2129 de 1º de Dezembro de 2016). O Plano institui quatro Macrozonas (Figura 11), a saber:

- Macrozona de Destinação Urbana (MDU);
- Macrozona de Destinação Rural (MDR);
- Macrozona sob Proteção Especial (MPE);
- Macrozona de Destinação Ambiental (MDA).

Figura 11: Macrozoneamento do Plano Diretor Municipal de Ibiúna (2016)



Fonte: Ibiúna, 2016.

Sobre a Macrozona de Destinação Rural, é notável que há uma compreensão diversa e multifuncional do rural:

Corresponde às porções do território municipal destinadas a concentrar atividades agropecuárias, agroindústrias, extrativas vegetais, turismo rural, podendo coexistir com áreas residenciais, comércios, serviços, chácaras de recreio, havendo a possibilidade da implantação de conjuntos habitacionais, condomínios, loteamentos residenciais, hotéis de turismo, resorts, parques aquáticos, hotéis fazenda (IBIÚNA, 2016).

A compreensão sobre as zonas urbanas e urbanizadas na lei, vai no sentido de considerar urbanas as áreas localizadas dentro da Macrozona de Destinação Urbana (MDU) e Núcleos Urbanos Isolados (NUI), com critérios de infraestrutura e densidade. O perímetro destes Núcleos é definido a partir de vistorias in-loco pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do município.

Por outro lado, no que se refere ao parcelamento do solo, são elencadas várias categorias ou finalidades do parcelamento, com parâmetros específicos, que representam tipologias comuns de acordo com as dinâmicas rurais e urbanas existentes: parcelamentos para fins industriais e de recreio, chácaras, loteamentos fechados e condomínios.

Apesar do que é estabelecido sobre os Núcleos Urbanos Isolados, o Plano aborda alguns objetivos, diretrizes e ações em alguns temas vinculados a infraestruturas básicas (como iluminação, pavimentação ou energia elétrica) que encaram como estes elementos como pontos relevantes para bairros e zonas rurais de modo geral, sem enquadrá-las como necessariamente restritas às zonas urbanas (MDU ou NUI).

O Plano também trata de temas como desenvolvimento econômico e social, empreendedorismo, agricultura, turismo, alimentos; onde o olhar sobre as áreas rurais e seus moradores, por vezes oscila ao enquadrar o rural como sinônimo de produção agropecuária, mas em outros momentos, traz outras possibilidades que abrem margem para uma compreensão pluriativa dessas áreas. O Artigo 34, por exemplo, ao tratar de diretrizes voltadas ao empreendedorismo, vincula o "trabalho rural" a alguns tipos de produção agropecuária, como: floricultura, apicultura, piscicultura ou horticultura comunitária. Os Artigos 157, 158 e 159, por sua vez, ao tratarem de objetivos, diretrizes e ações para desenvolvimento econômico e social, voltam-se ao rural no aumento e agregação de valor à produção agropecuária, mas também pautando turismo rural e ecoturismo.

A existência da APA Itupararanga é pouco presente, também não há um diálogo expressivo com o zoneamento estabelecido em seu Plano de Manejo, apesar de avanços com relação aos conflitos diagnosticados por Bernardi (2011). Ela é mencionada em conjunto com o Parque Estadual do Jurupará ao tratar da Macrozona Sob Proteção Especial; também é citada, junto com o Plano de Manejo ao tratar da Zona Urbana de Interesse Ambiental, ao redor da represa; e ao priorizar sistemas e serviços de saneamento, coleta e tratamento de esgoto, em assentamentos isolados periféricos localizados no perímetro da APA. Assim, sua relevância parece estar quando se trata da represa e suas imediações apenas. Apesar disso, o Plano busca garantir participação e diálogo com o CBH-SMT.

Observando os mapas de Macrozoneamento e de uso e ocupação do solo, juntamente ao zoneamento do Plano de Manejo da APA, nota-se, por exemplo, que na Zona de Destinação Urbano-Industrial, (uma faixa na porção norte do município, nas proximidades da rodovia Bunjiro Nakao), contemplam-se usos diversificados como chácaras, usos agrícolas, reflorestamento e grandes equipamentos. Estas áreas se localizam nas Zonas de Ocupação Rural e Ocupação Consolidada, da APA. A ZOR estabelecida pelo Plano de Manejo se volta à produção agropecuária essencialmente

(condicionada a mitigação de impactos ambientais), enquanto o zoneamento municipal enquadra a mesma porção como zona urbana-industrial. Os diferentes entendimentos sobre ruralidade mencionados nos dois instrumentos, junto à diversidade de usos e atividades nessa porção do município, possuem objetivos contrastantes.

A forma de tratar Núcleos Urbanos Isolados no Plano, é outro aspecto que pode eventualmente levar a interpretações vinculadas à ideia de um rural como atraso ou ausência de determinados elementos de infraestrutura, o que limita esses territórios a uma situação de falta ou precariedade.

Ultrapassar a posição do rural como território invisível na metrópole ou como apenas restrito à proteção ambiental não é simples. Mesmo onde o rural é considerado, ainda há ecos da noção de continuum. Ao mesmo tempo em que, apesar do histórico do município e suas características, em que a produção agropecuária tem uma importância fundamental, as novas dinâmicas de lazer e turismo por populações da região e de outras localidades parecem ter aberto uma janela para outras possibilidades de compreender o rural de Ibiúna, como pluriativo e multifuncional. No entanto, a ausência de entendimento compartilhado sobre o que é o rural, e o que se espera dele, pode levar a divergências significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou observar as dinâmicas e tratamento de áreas rurais, buscando observar essas dinâmicas, em uma porção territorial de duas metrópoles. Se num primeiro momento esperava-se um rural à margem dos fluxos mais dinâmicos do capital, descobriram-se movimentos e dinamismos diversos dentro da APA, que estão necessariamente vinculados às metrópoles, ou: as características desses territórios se desenham desta maneira pela especificidade metropolitana. O escamoteamento da importância do rural metropolitano, porém permanece nas dimensões simbólica e política (ALLEN, 2002). Ao olhar para essas dimensões, é possível dizer que as ruralidades metropolitanas são frequentemente invisibilizadas nos instrumentos de planejamento. Isso se manifesta de formas distintas dentro da APA, na medida em que no Plano de Manejo e no Plano Diretor de Ibiúna, a produção agrícola aparece quase que como um sinônimo de rural; outras ruralidades, ocasionalmente não são compreendidas como tal.

As tipologias regionais propostas por Fernandes (2020) permitem uma visão regionalizada em síntese, reconhecendo traços em comum, bem como a heterogeneidade do rural da Macrometrópole Paulista. Quando se chega mais próximo à escala local, mais múltipla e diversa se revela a realidade. Municípios historicamente ligados ao setor industrial e de mineração, além de estarem mais próximos de Sorocaba (como Alumínio e Votorantim), possuem nesses setores, nós centrais na sua estruturação econômica e aparentam também serem significativos para a renda de famílias urbanas e rurais na região. Ao mesmo tempo, é desses setores que se originam algumas tensões com relação ao uso da água do reservatório para diversos fins, seus limites e contrapartidas. Em outras porções da APA, como nos municípios de São

Roque ou Mairinque, há outras tendências, maior proximidade às principais rodovias e um rural pluriativo que parece se voltar de forma mais íntima a serviços, comércio e turismo.

Cotia e Vargem Grande Paulista estão mais próximos de áreas urbanas consolidadas, onde o rural parece ser muito mais invisibilizado (ou oficialmente inexistente), ainda que não haja uma ruptura brusca na paisagem de um município para o outro (nos limites entre Ibiúna e Cotia, no bairro de Caucaia do Alto) mas sim um gradiente muito heterogêneo e complexo. No Plano de Manejo da APA, por exemplo, essa porção é identificada como urbanização em consolidação. Sua vinculação a uma lógica urbano-industrial de desenvolvimento e suas dinâmicas, tenderam a afastar ambos os municípios das discussões que compunham o CBH-SMT e que são estratégicas, do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, para muitos municípios à jusante. Nessa porção mais próxima e economicamente mais vinculada aos grandes fluxos concentrados em São Paulo, o rural parece mais ofuscado no discurso e nas dinâmicas.

Ibiúna e Piedade, se mantiveram ao longo do tempo vinculados fortemente à produção agrícola de alimentos, que tradicionalmente é, sob o viés setorial, definidor do rural. Em Ibiúna há a presença de agricultores em cooperativas, que ganharam alguma escala e inserção nos mercados nas regiões metropolitanas e têm encontrado nas produções orgânica e hidropônica, formas de agregar valor aos produtos, por exemplo. Compreender a fundo quem são os atores em jogo e quem sai ou entra de cena em que momento, pode contribuir para compreender esses processos, como já indicado por Empinotti e Favareto (2021).

A região também se torna atrativa e dinamiza outros processos, como a busca por segunda residência para lazer, além de uma dinâmica de migração populacional. No caso desses municípios, sobretudo Ibiúna, fica perceptível, como descrito por Tacoli (2003), que as dinâmicas pelas quais passam as áreas rurais, na relação com áreas urbanas, ressoam diferentemente de acordo com os grupos sociais envolvidos.

Com relação ao planejamento territorial, apesar de problemas de articulação entre os Planos de Manejo e Diretores em um primeiro momento, diagnosticados por Bernardi (2011), aos poucos, a relação começa a se construir. Ainda assim, é fundamental um processo contínuo de revisão desses instrumentos ao longo do tempo, bem como uma maior articulação entre instrumentos em diferentes escalas: o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP e RMS.

O aprofundamento do olhar sobre essas áreas passa por análises e diálogos multiescalares e transdisciplinares, na medida em que são o resultado territorial de uma trama de fatores (sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais, institucionais) e interdependências com outros territórios. Um planejamento ordenamento territorial sensível à interdependência e não essencialidade das categorias urbano e rural, e suas especificidades em regiões metropolitanas pode ser uma peça chave na integração e articulação entre lentes e na possibilidade de intervenção e direcionamento técnico,

político e institucional orientados ao futuro, com vistas a uma maior coesão territorial.

REFERÊNCIAS

ALLEN, J.; COCHRANE, A; MASSEY, D; et al. Rethinking the Region. Taylor & Francis e-Library, 2002.

BERDEGUÉ, J.; PROCTOR F. Ciudades en la Transformación Rural. Serie Documentos de Trabajo N° 130. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. DOU, Brasília, DF, 2000.

BELLENZANI, M.; FERNANDES, B.; TRAVASSOS, L. Ruralidades metropolitanas como espaços de resiliência ambiental: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. RPPR, Rio de Janeiro, Vol. 8, No. 3, 2021.

BERNARDI, Iara. A implantação da APA de Itupararanga e seus reflexos nas políticas públicas e na conservação dos recursos naturais. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2011.

BERNARDO, E. Práticas ambientais adotadas por cooperativas e associações de agricultores familiares de Ibiúna, São Paulo: um estudo de multicasos. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1498>>. Acesso em: dezembro de 2021.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? City - analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 2015. v. 19, n. 2–3, p. 151–182. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>>. Acesso em: dezembro de 2021.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em:

<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661>>. Acesso em: novembro de 2021.

CAVALHIERI, J.; BARBOSA, L.; FERNANDES, B.; TRAVASSOS, L. Rural metropolitano e desarticulação institucional no Vale de Aburrá. **Revista Rural & Urbano**, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/249271>>. Acesso em: dezembro de 2021.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA SOROCABA MÉDIO TIETÊ. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê 2016-2027. Sorocaba: CBH-SMT, 2016. Disponível em: <<https://www.sigrh.sp.gov.br/cbhsmt/documentos#>>. Acesso em: dezembro de 2021.

COUTO, Elisângela. **As modernizações e racionalidades na agricultura e o uso do território**: temporalidades e espacialidades no município de Ibiúna (SP). 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. <doi:10.11606/D.8.2007.tde-17102007-151355>.

EMPINOTTI, V.; FAVARETO, A. As relações rural-urbanas a partir de uma perspectiva territorial: ainda um longo caminho pela frente. In: In: DEPONTI, C.; FREITAS, T.; FAVARETO, A. (Orgs.) **Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ESTANCIONE, L. Governança Ambiental e Aprendizagem Social: Estudo de caso da APA Itupararanga, 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FAGLIARI, G. S. A produção de um espaço especializado no entorno da Região Metropolitana de São Paulo: análise dos condomínios de segunda residência da Rodovia Bunjiro Nakao. 2017.

FAGLIARI, G.; SOUZA, J. G. DE. A produção do espaço e os condomínios de segunda residência na Rodovia Bunjiro Nakao: realidades e controvérsias. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 123–145, 2016.

FAVARETO, A.; EMPINOTTI, V. Notas sobre os desafios do planejamento rural frente às transformações do início do século XXI. In: DEPONTI, C.; FREITAS, T.; FAVARETO, A. (Orgs.) **Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

FERNANDES, B. Para além da dicotomia urbano-rural: Tipologias para análise do rural metropolitano na Macrometrópole Paulista. São Bernardo do Campo, 2020.

GALVANESE, Carolina Simões. Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente. 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2018.

HAESBAERT, R. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBIÚNA. Lei nº 2.129, de 01 de dezembro de 2016. Plano Diretor Municipal. Disponível em: <<https://sapl.ibiuna.sp.leg.br/norma/1664>>. Acesso em: dezembro de 2021.

_____. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2019. Disponível em: <<https://portal2020.ibiuna.sp.gov.br/menu/formularios/meio-ambiente/plano-municipal-de-conservacao-e-recuperacao-da-mata-atlantica-de-ibiuna/view>>.

Acesso em: dezembro de 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MASSOLA, G. e SILVA, J. Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). *Psicologia & Sociedade* [online]. 2019, v. 31. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31182046>>.

PDUI - RMS. Panorama Regional. Sorocaba: 2017. Disponível em: <http://multimedia.pdui.sp.gov.br/rms/docs_trabalho/rms_docstrabalho_014.pdf>. Acesso em: dezembro de 2021.

PORTES, B. O rural em municípios altamente urbanizados: uma abordagem teórico-metodológica para a identificação das áreas de interface urbano-rural na metrópole paulistana. 2019.

PORTES, B. e TRAVASSOS, L. Entre o rural e o urbano: rumo a uma abordagem interdisciplinar das áreas de interface urbano-rurais na RMS. Em: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=556>> Acesso em: novembro de 2021.

MAPBIOMAS – Projeto MapBiomas. Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?cama_set_language=pt-BR>. Acessado em: dezembro de 2021.

SÃO PAULO. Fundação Florestal. Plano de Manejo da APA Itupararanga. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA 2016/2017: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019. Disponível em: <<https://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/>> Acesso em: novembro de 2021.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Seade Municípios, PIB Municipal 2002-2018. 2018.

SILVA, J. G. DA. O Novo Rural Brasileiro. Nova Economia, 2002.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente.

TACOLI, C. The links between urban and rural development. **Environment and Urbanization**, v. 15, n. 1, p. 3–12, abr. 2003.

TAVARES, J. Formação da macrometrópole no Brasil: Construção teórica e conceitual de uma região de planejamento. EURE, Santiago, v. 44, n. 133, p. 115-134, 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612018000300115>

TORRES, P.; JACOBI, P.; BARBI, F.; GONÇALVES, L. (Orgs.) Governança e Planejamento Ambiental: adaptação e políticas públicas na Macrometrópole Paulista. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B.; FERNANDES, B.; ARAUJO, G. Ruralidades na RMSP: dinâmicas territoriais e paisagem no Sistema Produtor Alto Tietê (SPAT). IX ENANPPAS, Brasília, 2020

_____ ; PORTES, B.; BELLENZANI, M.; FERNANDES, B.; ARAUJO, G.; BARBOSA, L. O rural metropolitano no planejamento territorial: o caso do Sistema Produtor Alto Tietê. In: In: DEPONTI, C.; FREITAS, T.; FAVARETO, A. (Orgs.) **Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

_____ ; ZIONI, S.; TORRES, P.; FERNANDES, B.; ARAUJO, G. Heterogeneidade e fragmentação espacial na Macrometrópole Paulista: a produção de fronteiras e buracos. Ambiente e Sociedade, São Paulo, v. 23, 2020.

Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2020000100313&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: novembro de 2021.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VIEIRA, Augusto Jackie do Nascimento Lopes. **Processos de governança em áreas de proteção ambiental. Análise a partir do Conselho Gestor da APA Ituparanga - SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.de-21052012-14350

WANDERLEY, M. e FAVARETO, A. A Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C. e SILVA, H. (Orgs.) Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013